

Colóquio Internacional Televisão e Realidade

21 a 24 de outubro de 2008 – www.tvrealidade.ufba.br



Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas
Grupo de Análise de Telejornalismo



Uma Realidade Discursiva: A Exclusão Midiatizada

*Diego Roberto Barreto Costa**

Resumo

Os meios de comunicação veiculam bens simbólicos enfatizando a suposta transparência de suas informações. Dentre estes meios, a televisão destaca-se ao tentar veicular uma realidade neutra, objetiva e “comprovada”, por meio de suas imagens. Este artigo expõe a capacidade (re)construtora da TV por meio da identificação de formas de enunciação que subordinam a realidade da exclusão social à gramática (organização) do telejornal Brasil Urgente. Neste programa, os excluídos possuem enquadramentos claros: ou são vistos como indivíduos que merecem ser auxiliados por um Estado “social”; ou são mostrados como aqueles devem ser afastados completamente da sociabilidade. Tal enquadramento, ligado à gramática do programa, reafirma a impossibilidade da linguagem televisiva (imagética) de mostrar a realidade em sua completude. A atuação da televisão, longe da transparência ideal, expõe verdadeiras reconstruções: possibilidades de leitura de mundo sob o manto da objetividade.

Palavra-Chave: Televisão, Reconstrução, Realidade, Exclusão, Imagem

* Aluno de Iniciação Científica (Fapesb) do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Email: diegorobertob@gmail.com

Introdução

Uma cidade próxima a um lago. Esta era a primeira impressão de um viajante desatento, ao chegar em Valdrada. Ao aproximar-se dela, contudo, a cidade construída às margens de um lago, tornava-se muito mais rica. Segundo Marco Pólo, em suas narrativas ao Grande Kubai Klan, imperador mongol, “o viajante, ao chegar, depara-se com duas cidades: uma perpendicular sobre o lago e a outra refletida de cabeça para baixo” (Calvino, 1990, p. 53). Ao viajante que se aproximava, desnudava-se a existência de duas Valdradas: uma “real” e outra “especular”, aparentemente idênticas e unidas pela reflexão das águas de um lago.

Valdrada foi construída pelos antigos de modo que tudo o que nela havia fosse refletido na água – seus canais, suas ruas, as fachadas das construções, assim como o interior das casas, com seus acontecimentos reservados; todos tinham seu múltiplo na cidade do lago. Desta forma, as ações dos moradores da cidade acima do lago nada eram em si, senão acontecimentos para serem refletidos, já que para o Marco Pólo de Ítalo Calvino, a consciência da existência dos atos “especulares”, refletidos – caracterizados “pela especial dignidade das imagens” (Op.Cit.) – impedia que os habitantes se lançassem ao acaso e à completa despreocupação. Valdrada vivia para seu múltiplo: para a Valdrada refletida no lago.

A Valdrada acima do lago nada mais é que um sinônimo da lógica existente na sociedade contemporânea, uma analogia que está para além da simples imaginação de um escritor que narra a sua história. A “especial dignidade das imagens” permeia as atuais formas de sociabilidade, fazendo ressignificar o cotidiano. Isto porque o papel de “espelho” ocupa local de preponderância nesta lógica: os atos, as partes das cidades, as pessoas e suas vivências devem estar expostas a este espelho. Enfim, é necessário que cada ponto da cidade seja refletido, pois “a cidade sobre o lago” volta-se para as imagens “refletidas” no espelho, buscando encontrar-se.

Tendo como objetivo expor os fatos que acontecem na sociedade, os *media* assumem para si este papel de “espelho” social. O desejo de informar o público, descrevendo os acontecimentos “tais quais eles são”, sem interferir na realidade que estes fatos noticiados representam, está claramente explicitado nos discursos midiáticos (Charaudeau, 2005). A

mídia, desta forma, propõe uma assepsia do que é noticiado, constituindo um discurso de objetividade, de modo a fazer-se credível em suas afirmações. A separação entre sujeito-noticiador ou sujeito-enunciador e o fato, indicando uma transparência que permita falar a respeito de qualquer tipo de situação, sem possuir com elas qualquer relação – senão a descrição, comentada ou não – torna-se imprescindível para assegurar sua posição enquanto a agente “expositor” da realidade.

Assim, este desejo de transparência funda-se em uma *razão objetiva*, ou seja, numa lógica que requer uma separação completa e livre de qualquer intervenção entre sujeito e objeto, entre descrição e fato. Aos meios de comunicação compete a utilização desta razão objetiva no tratar com os acontecimentos sociais. É verdade, porém, que esta razão apresenta suas tensões, já que as formas de organização do discurso midiático, como disse Charaudeau (2005), apresentam problemas tais como as operações de seleção e seus efeitos.

A televisão inscreve-se neste contexto justamente por usar seu potencial imagético, sua capacidade de narrar expondo imagens, como uma declaração de “transparência” das suas veiculações. Os telejornais são exemplos disto, visto que se utilizam do discurso da neutralidade como método de obter credibilidade junto à audiência. Portanto, é amparando-se na exposição de imagens que a razão objetiva, apregoada nos produtos televisivos não-ficcionais, tenta estabelecer-se, buscando efeito de legitimidade.

Entretanto, como nos ensina a história de Valdrada, as imagens especulares não são perfeitamente iguais ao que representam. A Valdrada “real” e a Valdrada “especular” não são simétricas. Esta última destaca-se por possuir a “dignidade das imagens”, isto é, a capacidade de (re)construir sob o viés da *mimese*. Isto indica, por sua vez, que as imagens nada mais são que *foci imaginarii* do real.

Como toda linguagem, as imagens não passam de ícones do real, o representam por semelhança, não podendo descrevê-lo em sua totalidade. A linguagem imagética – por meio de seus diversos focos, suas perspectivas e ângulos de filmagem – descreve cenas que por mais que se aproximem do fato narrado, não passam de reconstruções parciais das realidades apresentadas. As imagens televisivas são a simulação de um mundo objetivo que não se deixa apreender pela linguagem e que escapa a toda pretensão de objetividade. Esses fatores

permitem afirmar que as imagens são discursos que reestruturam a realidade, são leituras de mundo, com suas formações discursivas e ideológicas.

O presente trabalho, desse modo, visa demonstrar, por meio da temática da exclusão social, como se dá esta reconstrução da realidade na televisão. Para tanto, o produto escolhido para análise foi o programa Brasil Urgente, telejornal veiculado pela Rede Bandeirantes de Televisão e apresentado pelo jornalista José Luiz Datena. Este programa vai ao ar diariamente aproximadamente das 18:20h às 19:20h, sendo 1 hora de exibição nacional e 1 hora de veiculação no estado de São Paulo. A maior parte de sua audiência concentra-se no Sul-Sudeste, graças a uma característica quase local do programa – as notícias, em sua maioria, são de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, estados onde existem núcleos de jornalismo da Band.

Como indica o próprio título do programa, o Brasil Urgente dá enfoque na demonstração de um país que necessita urgentemente de mudanças, dada as suas problemáticas. Ele dá especial atenção à violência, a crimes, a escândalos políticos e a problemas urbanos (enchentes, acidentes, congestionamento no trânsito) como forma de dizer o que necessita ser melhorado no país.

Neste objeto, foram analisadas as edições veiculadas entre 29 de janeiro de 2006 e 17 de abril de 2007, tendo como recorte *notícias* e *comentários* que retratassem a exclusão social. Durante a análise foi dado enfoque às *imagens* expostas nestas notícias. Neste caso, foi observada a exposição dos excluídos também nas imagens (como elas permitem a identificação do excluído como tal) e como elas narram das ações deste. A narração imagética demonstraria como o componente visual corrobora para a construção da representação dos excluídos. Estas notícias, com suas imagens, foram analisadas tendo como método a Análise de Discurso.

Para efeito desta análise, a exclusão é entendida como um fenômeno processual e cumulativo de distanciamento, inerente à sociedade, que se inicia afastando indivíduos de seus direitos, assim como do emprego formal, e prossegue até a expulsão simbólica e física. Portanto, *a exclusão é vista como um distanciamento, dos mais diversos matizes, caracterizado pela precarização do acesso às benesses (direitos) sociais, do consumo efetivo,*

e, no limite, pelo afastamento da própria sociedade¹.

No que se refere à identificação da exclusão nas edições estudadas, o critério adotado não foi a renda, visto que este critério não pode ser devidamente comprovado nas veiculações, mas sim dois critérios básicos: *localidade* e *situação*. Como situação, entende-se os fatos que materializam o processo gradativo de afastamento, tais como realização de assaltos, mortes, falta ou restrição de atendimento às necessidades básicas – como saneamento, moradia e saúde (Nascimento, 2000). Já a localidade aponta para lugares onde impera a exclusão, como favelas, morros, encostas, periferias, presídios, dentre outros.

A produção simbólica: sua gramática

O produto simbólico de um meio de comunicação expressa uma organização que lhe é própria. Um telejornal segue uma lógica que organiza suas matérias de modo a alcançar os objetivos a que se propõe, os quais não raro são voltados para o desejo de “informar” (de maneira opinativa ou formal). Esta gramática (forma de organização), que fundamenta o enquadramento dado às notícias expostas no Brasil Urgente, será abordada a seguir.

O Brasil Urgente é um telejornal de *fait divers*, que apresenta notícias a respeito “do Brasil e do mundo” e as “analisa” sob o viés da denúncia ou do elogio. Entre as notícias veiculadas por ele estão a morte de personalidades, esportes, assassinatos, atuação da polícia, assuntos políticos, ações violentas, problemas urbanos, etc. O objetivo maior do jornal é mostrar o que “os caras de Brasília devem solucionar”, ou, nas palavras de Datena: “os problemas, nós tamos aqui exatamente é pra pegar no pé mesmo, pra tentar resolver (...). O meu papel aqui é esse mesmo, eu tenho que fazer é esse papel: *mostrar o que tem de errado*”.

Tais características pedem, então, estratégias discursivas específicas para que, na interação com o interlocutor, o programa tenha oportunidade de alcançar a desejada posição de agente crítico-opinativo. Dentre estas estratégias, duas podem ser destacadas como principais, a saber: a “proximidade com o interlocutor” e o “julgamento dos fatos”.

¹ Esta acepção da exclusão não compreende os grupos discriminados, já que estes, apesar das discriminações, além de ter um Estado que regulamenta seu ingresso no mercado de trabalho, não estão necessariamente afastados deste nem privados de seus direitos (ver Nascimento, 2000, p.61)

A proximidade com o interlocutor

A proximidade com o interlocutor consiste num conjunto de ações que permitam a “televivência” do sujeito em relação aos fatos noticiais e que também, de forma imbricada, tentam construir uma identificação entre produto e “receptor”. A televivência do sujeito é proporcionada pela forma de apresentar os fatos. A enunciação busca interpelar o sujeito, por meio da exacerbação dos aspectos sensacionais das notícias, expondo os fatos de modo a causar comoção nos telespectadores. Ao se falar aqui de exploração sensacionalista não se deseja levantar pontos negativos na apresentação, como “imprecisão, erro de apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo”; nem caracteres outros como “audácia, irreverência, questionamento” (Angrimani, 1995, p. 14), mas sim indicar uma perspectiva que procura ressaltar faces da notícia que a tornem impactante.

Enquanto postura de destaque, ou “forma de entender” os fatos, o sensacionalismo realiza uma narrativa humanizadora que “faz com que o leitor reviva o acontecimento como se fosse ele próprio o autor do que está sendo narrado” (Angrimani, 1995, p. 17). Os fatos são apresentados para marcar de alguma forma os telespectadores. Na produção da notícia, há um apelo às emoções da audiência, tentando submeter a veiculação das informações ao aspecto emocional que envolve os fatos. Para que a narrativa sensacionalista abra espaço para esta televivência, fazem-se necessários outros dispositivos que ofereçam meios de concretização do choque. Dentre estes dispositivos, destacam-se os enunciados acionados no programa em relação à audiência:

Datena – Meus amigos e minhas amigas da Band, muito obrigado pela licença que você me concede, a partir de agora, de entrar na sua tela para as notícias do Brasil e do mundo.

Datena – Que pena você acha que merece um bandido que faz refém uma criança de 5 anos? Ah, já pensou? Eu penso mais ou menos como você.

Caracterizam estes enunciados, uma linguagem diretamente voltada para o interlocutor, clara, informal e que demonstra uma afinidade com aqueles que estão do outro lado da tela. Esta forma de dirigir-se ao outro, que assiste ao programa, imita um diálogo do cotidiano, envolvendo pessoas conhecidas. Tal processo de enunciação descreve, inclusive, uma trajetória de cumplicidade com a audiência, uma maneira de identificação entre programa

e interlocutores. São discursos que declaram um certo “nexo” com o outro lado da tela, no qual os fatos veiculados são reconstruídos simbolicamente, responsabilizando os telespectadores, dando-lhes o papel de atores “ativos” no estabelecimento das conclusões permitidas pelas notícias:

Datena – O que merece um sujeito desses? Que pena *o senhor* daria, *aí na sua casa*? Que pena *a senhora* daria para um cara desses?

Discursos como este aproximam, na construção do enunciado, os interlocutores da apresentação do telejornal, fazendo-os “participantes” de um mesmo processo: a produção da notícia. “É você que pensa assim”, “o poder de dar a pena é seu”, “você concede ao programa o privilégio de entrar na tua casa” – tudo isto equivale a dizer: “você está comigo na interpretação e nas conclusões sobre estes acontecimentos”. Há, desta maneira, uma proposta de transposição para a história narrada, na qual a veiculação interpela o telespectador e o sugere como co-autor do telejornal e de suas notícias.

O Brasil Urgente também expressa outras formas de materializar esta co-participação da audiência, tais como a demonstração parcial dos mecanismos de emissão e a oportunidade de voz aos telespectadores. No primeiro caso, o telejornal, por meio do apresentador Datena (que exprime uma idéia de liberdade na condução do programa), expõe detalhes da construção do jornal que antes não eram conhecidos²:

O que é que é, é sala? Hein? *O que é que buzinaaram no meu ouvido que eu não entendi?*

Porque, pelo que eu fiquei sabendo, informou o Marcelo Moreira... Dá o Marcelo “*em off*” *para mim* (...)

Qual é a próxima reportagem aqui ou se quiser eu canto um tango: “*el dia que me quieras*”... Hã? Qual é a próxima reportagem que nós temos aqui?

Depois volta as imagens que eu quero ver tudo de novo, *que eu tava lendo aqui e não tava vendo as imagens*.

Estas falas mostram um lado velado da organização televisiva, que inclui a leitura de

² Todas as falas abaixo são de Datena

textos na apresentação das notícias, o nome de pessoas que trabalham na produção, os problemas técnicos que envolvem a veiculação – como a demora de colocar a reportagem no ar, ou pequenos erros da produção. Estes enunciados oferecem uma impressão de “intimidade” com a estrutura da produção, mostrando ao telespectador uma “transparência” na forma de expor as notícias. É claro, no entanto, que esta intimidade é só aparente, já os dispositivos de construção da notícia mais importantes, como a seleção de entrevistados e a construção da pauta, por exemplo, não são demonstrados.

Além dito, outro dispositivo para esta aproximação com o interlocutor, não somente enunciativo, mas técnico, são os telefonemas, e-mails e as pesquisas realizadas no programa. Eles permitem uma “participação real” da audiência a respeito das temáticas. Além de deixar que o “povo” fale, tais dispositivos técnicos possibilitam que a participação vá além do nível da enunciação (nas construções da emissão) e passe a ser “real”, demonstrável, um processo em que a audiência é envolvida somente para confirmar a afinidade de idéias entre veiculação e recepção. Este dispositivo é um aprofundamento da construção discursiva. Em verdade é o mesmo processo, só que explicitado com um matiz diverso.

Neste contexto, as imagens cumprem papel de preponderância, já que elas são meios de potencialização do “choque” apresentado nas notícias (principalmente as que tratam de morte, assassinatos, seqüestros e acidentes) e ao mesmo tempo de legitimação do programa. Ao contrário dos dispositivos de aproximação citados acima, as imagens estão mais associadas à construção da narrativa das notícias, assumindo um papel de referência. Estas imagens – materializadas em fotografias e gravações em vídeo – servem de ratificação da postura “objetiva” defendida pelo jornal, sendo tomadas como “provas documentais” que dão existência legítima ao real (isto é, “tal coisa realmente aconteceu”):

Datena - “Oi Carina! Cadê a Carina que tá no Rio de Janeiro, aí? Nossa Carina, nossa Carina tá sem áudio. *Mostra pelo menos que ela está aí, pra não dizer que eu tô mentindo.*”

Dada a esta possibilidade de “comprovar os fatos”, as imagens são valorizadas durante a programação do Brasil Urgente, mas também como maneira de, conseqüentemente, dar legitimidade ao seu próprio discurso. Além disto, as imagens – que descrevem os locais, autores, vítimas, resultados imediatos do fato e algumas vezes os próprios acontecimentos –

são valorizadas por poderem impressionar os interlocutores. Por isto, elas são exploradas, reiteradas, repetidas e analisadas pelo apresentador de forma a intensificar a dimensão emotiva que possuem (cenas de um policial baleado, de um pai chorando a morte do filho, do rosto de um assassino, etc, são várias vezes repetidas durante a programação do telejornal).

Vale ressaltar que as imagens, em sua descrição dos fatos, nada mais são que narrativas sobre o real, que muitas vezes se assemelham às construções filmicas dadas às características técnicas adotadas nas gravações. A “realidade”, os acontecimentos não montados, não ensaiados, com atores reais, perigos reais; em sua exposição no telejornal em questão, aparece como ficção, já que os movimentos de câmera, com as diferenças de plano (inclusive com a utilização de visão panorâmica) e de foco expressam características cinematográficas, ao tentar construir suas narrativas.

As imagens, pois, descrevem ambigualmente, por um lado, uma via de referência e, por outro lado, uma via de ficcionalização do real, permitindo o que pode ser chamado de *efeito imagético*: efeito contraditório que referencia o real e ao mesmo tempo o desmaterializa através de construções filmicas. Tal efeito soma-se aos demais dispositivos no bojo da organização das matérias, como os aspectos sonoros, para a devida construção da televivência e também para a definição de uma relação com o interlocutor.

Assim, observa-se uma estratégia que propõe, por assim dizer, dois caminhos inter-relacionados para o contrato de leitura (Orlandi, 2005). Em um deles, têm-se as marcas que devem ser seguidas para o entendimento das notícias propostas, primeiramente, e, junto com estas, ou outras pistas simbólicas (como a exacerbação das imagens) que possibilitem a emoção pretendida pelo noticiário. Estas marcas, ao tentarem aproximar o interlocutor da notícia, visam sua televivência. No outro caminho, têm-se as marcas que almejam a relação com o próprio programa, criando “fidelidade” nos interlocutores (afinal, a audiência é necessária), por isto os enunciados são voltados para uma cumplicidade dos espectadores.

Por um julgamento do fato

Além da aproximação com a recepção, há no telejornal uma abordagem opinativa dos fatos, a qual expõe uma maneira de julgamento da realidade. Nas construções enunciativas, percebe-se que o programa Brasil Urgente institui-se como este local de julgamento, como

que embasado na proximidade discursiva descrita anteriormente. Já que a audiência é tida como “co-participante da produção”, este produto arroga-se capaz de abordar opinativamente os acontecimentos – é como se a própria sociedade o incumbisse desse papel. De tal modo, o programa volta-se para a construção de uma estrutura que permita que os fatos veiculados sejam submetidos a uma análise, a um julgamento, para extrair deles as lições a serem expostas. Os acontecimentos passam pelo crivo da posição do âncora e da opinião interativa da audiência, sendo assim julgados, durante a veiculação.

Para cada acontecimento, têm-se como vítimas as pessoas que sofrem algum tipo de mazela ou infortúnio; o júri é o público que opina mandando seus torpedos, seus e-mails, participa através das pesquisas, e até, através de sua própria expectativa. Por testemunhas, têm-se os entrevistados e os repórteres, que assumem a função de comprovadores do fato. Como provas, têm-se as imagens que compõem o local onde se deu o fato e que mostram os envolvidos. Os promotores são os especialistas e os repórteres convidados (de outros núcleos de jornalismo) que falam do acontecido, indicando seus aspectos. O papel de juiz, por sua vez, cabe ao apresentador. Tal “julgamento” se constrói conjuntamente entre espectadores e atores televisivos, dada à estratégia de aproximação.

Este processo exige uma representação de independência do apresentador, Luiz Datena, o qual parece assumir uma posição de autoridade, que lhe permita julgar os fatos – demonstrando seus culpados (já que o programa dá ênfase à temática do crime e da violência) –, dar lugar de fala a outros personagens, expor as lições aprendidas destes fatos; assim como personificar o processo de identificação com a audiência. Vale ressaltar que, neste processo de julgamento, os culpados sempre são indicados e responsabilizados pelos males sociais: sejam, estes culpados, os autores das ações (como crimes e atos violentos) ou mesmo o Governo, que não “soluciona” as problemáticas sociais.

O espaço da exclusão: a apresentação dos excluídos

É nesta gramática, que julga os fatos e tenta aproximar a audiência, que a exclusão encontra seu espaço. Ela não ocupa blocos específicos, não está em matérias especiais, não é exposta no início ou no final da programação, mas se apresenta de forma transversal ao que é noticiado, diluída em outros temas expostos pelo telejornal. É nestas vias de apresentação que

a exclusão é nomeada e exposta no Brasil Urgente.

Existem nomeações específicas para aqueles que vivem no processo de exclusão. Observando o material analisado, pôde-se perceber que existem duas classes diversas de nomeação para os excluídos – classes estas descritas também nas imagens, por meio dos planos (ou seqüências) que enquadram estas pessoas e seus contextos. A primeira classe é a dos indivíduos nomeados de “povo”, “população”, “cidadão”, “gente de bem”, “cidadão de áreas de risco”, “trabalhadores”, dentre outros.

Datena - “Sempre ressaltando que a maioria da *população*, das pessoas que moram na favela, a maioria de quem mora na favela é de *gente de bem* (...).”

Datena - “As *pessoas que moram em áreas de risco*, moram porque não têm onde morar.”

Estas nomeações expõem a generalidade a que estão associados os personagens aqui definidos como excluídos. Estas pessoas fazem parte da população brasileira, vistos como estando sob a responsabilidade do Estado. “São povo de uma nação” e merecem estar sob a devida tutela do Governo. São os que sofrem com o desemprego temporário, esperando para sair desta “condição momentânea” – eles *estão* desempregados, não o *são*. Tais pessoas são “gente de bem” e “cidadão de áreas de risco”, não podendo ser confundidos com marginais, o que significa que esta nomeação se contrapõe a um outro discurso que afirma que a pobreza, ou o afastamento do mercado de trabalho é causa *sine qua non* da criminalidade (Nascimento, 2000)

Já a outra classe de nomeados são aqueles descritos como “assaltantes”, “criminosos”, “ladrões”, “bandidos”, “marginais”, “acusados”, “vagabundos” e “autores de ações delinqüentes (tráfico, disparos, assaltos, crueldades)”:

“*Acusados de queimar uma família dentro do carro* permanecem em silêncio durante interrogatório”./ “Barba é um dos *seqüestradores* mais procurados no estado de São Paulo na data de hoje.” / “Polícia na rua, o *bandido* respeita. Eu acho que é uma questão de atitude.”

Estes personagens são os culpados pelas ações que ameaçam a paz da sociedade, são aqueles que se levantam contra a estabilidade do corpo social: cometem crimes, desafiam a

polícia (representação do poder estatal), contrapõem-se à ordem social. Tais pessoas possuem um espaço bem definido na exposição das notícias: são os *fora da lei* – ou a transgrediram ou são dignos de ser por ela condenados. Eles são seres que “praticam o mal” e devem ser assim conhecidos: são os marginais.

Esta categorização não expressa uma situação temporária, ou expõem o resultado de uma conjuntura qualquer (social e econômica), ao contrário, ela define “seres”, delinea ontologia: estas pessoas *não estão* marginais, elas o *são*. A associação entre estes excluídos e o crime, no discurso televisivo, é recorrente e constante. É de tal forma construída, que ver estes atores como excluídos torna-se muitas vezes difícil, dado ao fato de que não são apresentados como “excluídos”, mas sim como “criminosos”.

A nomeação destes personagens explicita dois grupos de excluídos: é construída uma enunciação que os divide em duas categorias. Estas duas categorias de exclusão, apresentadas separadamente no espaço simbólico do programa analisado, demonstram um sentido, em si mesmas, que extrapola a simples idéia de adjetivação. Nestas classes, pode-se perceber o estabelecimento de relações entre apresentador/audiência e excluídos.

Em primeira instância, há a construção de uma relação de proximidade entre apresentador/audiência e aqueles excluídos do primeiro grupo, aqueles vistos nas notícias como “povo” ou “cidadão”. Tal aproximação se dá pela possibilidade de identificação com a audiência: os telespectadores podem ver sua realidade muito similar à realidade destas pessoas. Contudo, a cadeia aproximativa alcança outras esferas. Há também uma aproximação do apresentador com a classe de excluídos, estes que sofrem as mazelas sociais por “ser do povo”, “por fazer parte da população brasileira”.

Esta relação – que é também uma forma de identificar-se com alguns componentes da própria audiência do programa – baseia-se num laço de união: as problemáticas sociais. É pelo critério da aparente *inclusão social* que se cria a identificação com estes excluídos. O apresentador, por ser parte da população brasileira, seria alvo das mesmas problemáticas: os assaltos, a falta de policiamento, as conseqüências da incompetência da gestão política; tudo isto une discursivamente apresentador e excluídos. Tal relação evidencia um “nós” discursivo. Um “nós” que se firma no pertencimento ao “povo brasileiro”, uma cadeia aproximativa que parece igualar a todos ante as “dificuldades sociais” e “os resultados de ações erradas do

Governo”. Carece-se das mesmas necessidades, e por isso, os atores do programa conhecem a realidade destes excluídos, sendo capazes de fazer por eles alguma coisa³.

Esta estratégia discursiva permite que se reconheça um espaço social para estes excluídos, isto é, ainda que estejam excluídos do acesso a alguns direitos, eles fazem parte da sociedade, são de alguma forma necessários a ela. Tais sujeitos, nesta aparente dicotomia entre exclusão e inclusão – pois que excluídos, ainda são expostos como componentes da sociedade e por isso que devem ser institucionalmente amparados – podem ser denominados, assim, de *excluídos integrados*. São exatamente estes que compõem o nós discursivo que se vê enunciado no programa.

Para contrapor o discurso da integração, um outro é construído, um discurso do afastamento. Este “outro” discursivo se delinea em torno daqueles que são identificados como os criminosos, os bandidos. Os “caras” são representados como uma ameaça à população, pois eles compõem o lugar do medo, sendo depositários dos temores sociais que assolam aqueles que realmente integram a sociedade; sucumbem simbolicamente ao critério do afastamento e nem chegam a configurar-se no discurso do programa Brasil Urgente como excluídos, pois são visto como os criminosos: estes são os *excluídos totais*.

Datena - Os torpedos que estão chegando aí, que mostraram aquela pergunta que eu fiz que é *uma questão de lógica*. Aquele sujeito que entrou na padaria em Minha Gerais, em Belo Horizonte, matou um cara a sangue frio. Aí ó: *os caras querem pena de morte, porque porra é a lei de talião, olho por olho, dente por dente. Datena, um cara desses tem que morrer – porque o cara foi covarde; Datena, pena de morte urgente*

Os excluídos totais, já privados socialmente de seus direitos (e do mercado de trabalho), são encarados como não-humanos, atingem um estágio simbólico da exclusão que permite que sejam desconsiderados enquanto seres humanos. As representações construídas em relação a estes indivíduos destacam reiteradamente a ameaça que impõem à estabilidade da sociedade e, em contrapartida, mostram o poder organizador do Estado, que os penaliza

³ É interessante como esta estratégia é capaz de gerar um efeito de legitimação das falas do programa. Tal aproximação com as problemáticas do povo brasileiro, e de alguns excluídos que “fazem parte” desse “povo”, permite que os atores do programa assumam a responsabilidade de cobrança das autoridades e a valorização dos discursos de um apresentador “que sabe o que é a vida do povo” que ele apresenta em seu jornal.

pelos seus crimes. A postura social, como demonstrada no Brasil Urgente e nele reiterada, “pede” que estes excluídos sejam afastados da convivência social e, em alguns momentos, exige que sejam condenados à pena de morte. Não inclusos na sociedade, estes indivíduos aparecem como merecedores da expulsão da existência.

A exclusão, portanto, é apresentada em duas vias: uma via de exclusão parcial, em percurso, e uma outra que totaliza – *uma exclusão integrada e uma exclusão total*. O resultado desta diferenciação entre excluídos é a criação de uma hierarquização simbólica entre tais classes, a qual “aceita” determinados indivíduos e propicia o afastamento de outros, construindo a preponderância de uma classe sobre outra. É a posição no ideário da sociedade, erigida pela contextualização histórica e cultural, que baseia e subsidia tal hierarquização no discurso midiático: a aceitação destes indivíduos, na sociedade, é seu critério fundante.

Este discurso de hierarquização, por sua vez, baseia-se em concepções de Estado, que lhes oferecem sentido e que expressam uma ideologia, isto é, uma interpretação do mundo (Orlandi, 2005). Desta maneira, duas formações ideológicas são constituintes dos discursos a respeito da exclusão, a saber: a ordem social amparada numa atuação estatal; e a punição institucionalizada como forma de manutenção desta ordem. Estas ideologias unem-se na figura do poder estatal, concebendo-o como *agente de atuação social*, resolvendo as mazelas sociais, e como *agente saneador*, retirando os “elementos” que incomodem esta sociedade.

Para o primeiro caso, tem-se um modelo de Estado que se define como “um governo do social”. Este é o modelo de Estado que fornece seguridade social para os trabalhadores, por meio de uma lei que lhes proteja (o Código de Leis Trabalhistas); que serve de mediador entre interesses de patrões e empregados; que fornece recursos para aqueles que não mais podem servir de mão-de-obra: um poder instituído que, junto ao crescimento econômico, providencia o crescimento social. Coadunada à concepção que valoriza o Governo como agente de resgate dos excluídos integrados – aqueles com “possibilidades” de reingresso efetivo aos espaços sociais –, encontra-se, portanto, a formação ideológica de um Estado de Bem-Estar Social.

A segunda postura do Estado em relação ao excluído é uma descrição de ações de punição. É o Estado que prende, que sentencia o culpado e que protege a sociedade: existindo uma ameaça interna, o Estado é o responsável por livrar a população de tal ameaça. Diante do temor social, personificado naqueles excluídos totais que se insurgiram contra a estrutura

social – criando até o chamado poder paralelo – e que não são sociabilizados (em verdade nunca foram efetivamente pertencentes à ordem social); a sociedade pede que estes seres sejam eliminados. Percebe-se, assim, uma *reengenharia social*, na qual os ainda necessários à ordem, ou que a ela não se opõem, são mantidos; e os que são dispensáveis a ela são eliminados, perecem nas mãos do poder do Estado.

Considerações Finais

A exclusão social, enquanto resultado de uma veiculação midiática, mostra-se sob o enquadramento da lógica televisiva, sendo apresentada de acordo com os contornos estabelecidos nos telejornais em que figura: os excluídos são mostrados de maneira hierarquizada e categorizada. Ainda que se apregoe uma idéia de imparcialidade e objetividade nos produtos televisivos, a análise da temática da exclusão aqui explicitada demonstra o quanto as veiculações são portadoras de discursos e formações ideológicas.

Assim, a cidade refletida na água, por mais que se pareça com a Valdrada acima do lago, não passa de uma reconstrução dela. “Às vezes o espelho aumenta o valor das coisas, às vezes anula. Nem tudo o que parece valer acima do espelho, resiste a si próprio refletido no espelho” (Calvino, 1990, p. 54). As imagens especulares distanciam-se de uma descrição total e reflexiva da realidade, ao contrário, “o espelho televisivo” proporciona hiper-reais (Baudrillard, 1991), cria simulações, propõe narrativas e leituras da realidade. A “sociedade sobre o lago” volta-se para as imagens “refletidas” no espelho, porém sem nunca encontrar-se.

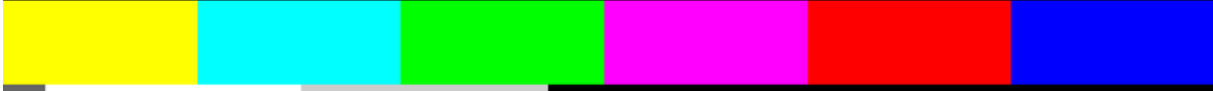
Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: GENTILI, Pablo e SADER, Emir (org). **Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo: Summus, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Telejornais e a produção da política: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994*. In: MOUILLAUD, Maurice (org). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MACHADO, Arlindo. **A Televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- MATOS, Rita de Cássia Aragão. **A metástase da imagem: um estudo sobre a representação da Exclusão Social no Jornal Nacional**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2002.
- McCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como extensão do Homem**. Cultrix, São Paulo, 1964.
- MOSCOVICI, Serge. *Das Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.
- NASCIMENTO, Elimar. *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. In: BURSZTYN, Maral (org). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. São Paulo: Garamond, 2000.
- ROSE, Diana. *Análise de imagens em movimento*. In: BAUER, Martin e GASKELL, George (org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

Colóquio Internacional
Televisão e Realidade

21 a 24 de outubro de 2008 - www.tvrealidade.ufba.br



THOMAZ, Omar Ribeiro. *A antropologia e o mundo contemporâneo: Cultura e diversidade*.
In: SILVA, Aracy e GRUPIONI, Luís (org). **A temática indígena na Escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/ UNESCO, 1995.